

EDITORIAL

Arqueologia Pública na América Latina

Este é o segundo número de Arqueologia Pública. A revista foi lançada na reunião da UISPP, em Lisboa, em setembro de 2006, em um contexto internacional. O foco do primeiro volume foi a divulgação dos estudos e práticas públicas da disciplina por parte de brasileiros. Se no âmbito mundial a Arqueologia Pública já estava a se projetar havia algum tempo, cabia mostrar como também em nosso país a disciplina voltava-se para a interação com as comunidades e grupos sociais envolvidos com seu patrimônio cultural. A diversidade como valor e o reconhecimento da importância da ação com a variedade de componentes da sociedade brasileira visavam explicitar o caráter social da Arqueologia. A acolhida em Lisboa foi muito positiva.

Este segundo número marca, em primeiro lugar, a consolidação da Arqueologia Pública na Universidade Estadual de Campinas, em particular no Núcleo de Estudos Estratégicos. Cabe reforçar a importância da promoção de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural, assentada nas premissas do desenvolvimento sustentável, da diversidade e, principalmente, da inclusão social. O valor estratégico da Arqueologia está no avanço da diversidade¹, conforme a Emenda Constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005, que explicita a “valorização da diversidade étnica e regional”². Este caráter estratégico da Arqueologia não pode ser subestimado e a Arqueologia Pública mostra-se, pois, essencial³.

Em seguida, convém lembrar o alcance continental dessa Arqueologia Pública, com suas características latino-americanas. O IV Encontro de Teoria Arqueológica na América do Sul, realizado em julho de 2007, em Catamarca, Argentina, revelou bem essas preocupações públicas da disciplina. Isto se reflete neste segundo volume de forma bem clara, com a participação dos colegas de outros países latino-americanos. O continente, ainda marcado por tantas desigualdades sociais, produz uma reflexão original, relevante também para os centros hegemônicos cuja produção não deve ser, de maneira alguma, ignorada. Trata-se de um só mundo e de uma só Arqueologia. Isto tudo se reflete, de alguma maneira, neste segundo número da revista, que reitera seu papel de veículo de comunicação em prol do debate aberto de experiências, perspectivas e aprimoramento das atuações voltadas ao estudo, à valorização e proteção do patrimônio cultural.

*Pedro Paulo A. Funari
Erika Robrahn-González*

(1) Conforme a Emenda Constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005.

(2) Sobre a diversidade indígena e a Arqueologia, cf. Érika M. Robrahn-González, *Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape.. Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: In: M.C.

Tenório, 1999.

(3) Cf. Pedro Paulo A. Funari, *O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas*, VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, Brasília, novembro de 2007, patrocinado pela Presidência da República.